

A PERCEPÇÃO DE PSICÓLOGOS DIANTE DAS DEMANDAS RACIAIS CONTEMPORÂNEAS NA PRÁXIS DA CLÍNICA PSICOLÓGICA NO BRASIL

Nathália Fernandes de Paula Martins¹

Fernando Cotta Trópia Dias²

Resumo: O presente artigo se propõe analisar, a partir de um referencial teórico-metodológico da Psicologia Social, as percepções de psicólogos clínicos diante das questões raciais contemporâneas emergentes em sua prática profissional no Brasil. Tem como objetivo geral, portanto, investigar os atravessamentos e desafios profissionais diante das demandas raciais provenientes na atuação e experiência de atendimento em clínica particular de psicologia. Esse estudo é de natureza qualitativa e descritivo-exploratória. A coleta de dados foi realizada através de *Entrevistas Semiestruturadas*, realizadas em ambiente remoto, com posterior categorização em unidades de análise referentes ao tema e aos objetivos estipulados. Foram realizadas 5 entrevistas com profissionais de psicologia que atuam em clínica particular. A análise de dados dos participantes trouxe os desafios dos espaços de atuação que repercutem as heranças da segregação racial perpetuada na sociedade, seja no menor acesso da população negra na clínica particular, além da menor oferta de profissionais negros atuantes nesse âmbito. Ademais, os participantes apontam que o tema do racismo merece maior ênfase nas grades curriculares dos cursos de formação em Psicologia, dadas as lacunas também deixadas pela história de segregação da população negra e a consequente carência de um maior aprofundamento da formação de psicólogos no Brasil em relação a questão racial.

Palavras-chave: Psicologia clínica; Demandas raciais; Práxis psicológica.

Abstract: This article aims to analyze, from a theoretical and methodological framework of Social Psychology, the perceptions of clinical psychologists facing contemporary racial issues emerging in their professional practice in Brazil. Its general objective, therefore, is to investigate the professional crossings and challenges in face of racial demands arising in the performance and experience of attendance in a private clinic of Psychology. This is a qualitative and descriptive - exploratory study. The data collection was done through *semi-structured interviews*, conducted in a remote environment, with subsequent categorization into units of analysis related to the theme and the stipulated objectives. Five interviews were conducted with psychology professionals who work in private practice. The data analysis of the participants brought up the challenges of the spaces where they work that reflect the inheritance of racial segregation perpetuated in society, be it in the lower access of the black population in private practice, besides the lower number of black professionals working in this field. Moreover, the participants pointed out that the theme of racism deserves greater emphasis in the curricula of Psychology courses, given the gaps also left by the history of segregation of the black population and its consequent lack of a greater depth of training of psychologists in Brazil regarding the racial issue.

Keywords: Clinical psychology; Racial demands; Psychological praxis.

1 Graduanda de Psicologia da Faculdade Ciências da Vida, Sete Lagoas-MG. E-mail: nathl.martins21@gmail.com.

2 Mestre em Psicologia – Universidade Federal de São João Del Rei – PPGPSI - Processos Psicossociais e Socioeducativos, 2014. E-mail: fctropiadias@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa traz como temática, a experiência de profissionais da Psicologia que atuam na clínica psicológica particular, frente as demandas raciais que podem emergir no contexto da sua atuação profissional, problematizando-se assim as relações macrosociais e raciais, a partir da concepção de que o discurso racial no Brasil infere nas condições de denúncia das suas formas constitutivas na sociedade, dando ênfase aqui, principalmente, às circunstâncias de acesso e as demandas dos mesmos perante o serviço de atendimento clínico da psicologia particular.

Ser negro em uma sociedade racista consiste em demarcar aqueles que, diante da sociedade, são invisíveis sob o ponto de vista de uma pretensa hierarquia racial imposta, desde o período colonial, e que perpetua suas heranças na contemporaneidade. O racismo, assim, se apresenta no percurso social e individual identitário de marginalização, em que são desenvolvidas as noções de sentido e interpretação do mundo, com suas mazelas e reflexos históricos (QUIJANO, 2010; CARVALHAES, SILVA, LIMA, 2020; ROSA E ALVES, 2020).

No âmbito da formação e atuação profissional em Psicologia, essa discussão sobre o racismo, pautada nas condições dos direitos humanos, direciona um olhar mais sensibilizado no comprometimento da atuação qualificada à população negra. Para abarcar os aspectos éticos da atuação, foram regulamentados leis e regimentos de combate ao racismo, com dispositivos que orientam a atuação de psicólogos, na preservação da segurança dos direitos que visam resguardar a população negra, em vista do preconceito e da segregação que vivenciam historicamente. Em destaque, o Conselho Federal de Psicologia confere a Resolução nº 18/2002 com normas de atuação de psicólogos frente ao combate da discriminação racial (SANTANA, DALTO, CASTELAR, 2018).

O mito da democracia racial de igualdades sociais e raciais sincretiza as relações das pessoas negras e brancas como convivência de desracialização e harmonia na medida em que negam a existência de um sistema racista e opressor que opera na dominação das pessoas negras refletidas nas suas vivências marcadas pelos efeitos do racismo ainda na contemporaneidade. Percebe-se que as demandas raciais múltiplas no país, necessitam de uma inferência e acuidade que favoreça mais acesso, acolhimento e compreensão dos processos que compõem os aspectos psicossociais e o cuidado em saúde mental que atravessam as relações e subjetividades da população negra, tendo, o exercício da clínica psicológica, um espaço contundente e um meio

relevante que leva em consideração a historicidade da construção subjetiva e condição das pessoas negras no Brasil.

Nesse sentido, a pesquisa possui importante relevância social, uma vez que a prática de psicólogos ao longo da história brasileira intercruza-se com vários atravessamentos da cultura colonizadora segregacionista herdada, o que permite repensar as formas de atuação psi nos âmbitos das demandas das relações raciais, em meio a necessidade de uma universalização de acessos e ampliação de espaços à população negra, contrárias à lógica que perpetua modelos eurocêntricos e elitistas de intervenção psicossocial. A postura crítica frente ao tema das relações raciais se faz necessária enquanto campo de estudo na Psicologia, para que o enfrentamento contra o racismo seja, portanto, mais efetivo e contundente.

Portanto, o objetivo geral da pesquisa foi analisar os atravessamentos e desafios profissionais diante das questões raciais, envoltas na atuação e experiência de atendimento em clínica particular de Psicologia. Como bases que se desmembram do objetivo geral, ressalta-se os efeitos do racismo que emergem na queixa clínica, bem como, a compreensão sobre como as relações raciais são apresentadas no período de formação em Psicologia, na experiência formativa dos entrevistados. Trata-se de uma pesquisa descritivo e exploratória, com finalidade qualitativa. Utilizou-se do método da Entrevista Semiestruturada, que auxiliou na aplicabilidade e verificação através das percepções e relatos dos profissionais na área, realizados remotamente, devido ao contexto da pandemia e a necessidade de isolamento social. Foram elencadas três categorias de análise/unidades temáticas, a saber: *1. Pautas raciais na clínica psicológica particular: carência de demandas sociais ou carência de condições de acesso?; 2. Formação de psicólogos e as temáticas raciais durante a formação superior no Brasil; 3. Representatividade de psicólogos negros como possibilidade de alteridade das demandas raciais.*

Como análise geral, pode-se salientar que os profissionais psicólogos levantam questões sobre o pouco acesso de pessoas negras na clínica privada, o que evidencia a cultura de limitado alcance nos consultórios particulares desses atendimentos mais ampliados, o que sustenta os reflexos de que ainda hoje, a clínica particular estaria e está mais voltada ao público economicamente favorável, em sua maioria pessoas brancas, e devido a essa realidade as demandas raciais não emergem com amplitude nesse ambiente e espaço de atendimento. E ainda, os profissionais avaliam a necessidade de um maior enfoque na própria formação em Psicologia sobre as relações raciais, uma vez que os estudos específicos sobre o racismo não são abordados de forma tão contundente, para que pudessem contemplar mais crítica e

abertamente, as heranças desses impactos na realidade social brasileira e, como consequência, avaliar os reflexos nas práticas e na formação clínica desses profissionais. Soma-se ainda nesse contexto, a carência de maior oferta de psicólogos negros atuantes na clínica particular.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O NASCIMENTO DA PSICOLOGIA CLÍNICA NO BRASIL E SUA ATUAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

A condição da classe trabalhadora no Brasil, em meados do séc. XX, precisava de argumentos que legitimavam a ideia da afirmação de igualdade de direitos e, com isso, a divisão social de trabalho e urbanização crescente do país, resultou num avanço do conhecimento, marco em que a Psicologia alcançou espaços de ampliação de saber científico. As ênfases nos métodos científicos herdados do contexto europeu, de intervenção da Psicologia, favoreceram para que a ciência fosse consolidada no Brasil e reconhecida como ciência e profissão em 27 de agosto de 1962, pela Lei Federal nº 4.119, o que garantiu o exercício científico em diversos contextos, tais como: orientação pedagógica, orientação e seleção, diagnósticos, como também, a restrição aos psicólogos do uso de testes psicométricos (ANTUNES, 2012).

O desenvolvimento da clínica foi marcado, anteriormente, na educação infantil e nos Serviços de Orientação Infantil do estado do São Paulo e Rio de Janeiro, nos anos 40, no acompanhamento de demandas escolares que coincidem com a posterior consolidação da Psicologia no Brasil. Após o reconhecimento, a área da Psicologia Clínica foi uma escolha dominante de atuação profissional e, ainda nos dias atuais, tem grande adesão, devido ao nível de reputação socialmente elevado, vinculado ao modelo médico curativo das doenças mentais, sustentando a Psicologia Clínica num processo voltado a prática de consultório particular, modelos em psicodiagnóstico e modalidades em psicoterapia. Em grande maioria, tem-se que os principais clientes dessa modalidade de intervenção se encaixavam na parcela das classes financeiramente mais privilegiadas. (BOOK, 2003; DUTRA, 2007; CYTRYNOWICZ, 2009).

As intervenções sociais/comunitárias não foram inicialmente contempladas pela Psicologia na época do seu surgimento no Brasil, pois esta estava fundada no modelo político da sua geração e na herança burguesa elitista, que alimentou o individualismo das intervenções, numa perspectiva de ajustar o indivíduo por uma concepção de tratamento entre quatro paredes (ANTUNES, 2003; MOREIRA, RAMAGNOLI, NEVES, 2007).

A atividade da Psicologia no Brasil logo em seu início, enfrentou os desafios restritivos do seu exercício, devido ao período da ditadura militar dos anos 60. O regime autoritário

impedia a ascensão da Psicologia, uma vez que dificultava o desenvolvimento de estudos na área. O Golpe de Estado de 1964 movimentou os psicólogos a reivindicarem a importância da atuação e conscientização da profissão (CYTRYNOWICZ, 2009).

Após a decadência da ditadura militar, os profissionais em Psicologia, sob a luz da redemocratização, iniciaram questionamentos sobre seu exercício e responsabilização frente as questões sociais que começaram a emergir. Com as implicações sobre as demandas sociais mais amplas, impulsionadas na realidade brasileira, os psicólogos desenvolveram novas perspectivas de compreensão da subjetividade e do adoecimento/sofrimento psíquico, de modo mais crítico e macrossocial, saindo de uma perspectiva individualista/clínica, eminentemente (MOREIRA, RAMAGNOLI, NEVES, 2007). As submersões da cultura e as dimensões sociais na subjetividade e no adoecimento psíquico assumem um ponto de questionamento quanto ao campo do individual, visto que as constituições do sujeito se sucedem das relações sociais, se tornando indispensável um olhar clínico mais ampliado, para além de uma lógica própria de interioridade psicológica (DUTRA, 2004; PORTELA, 2008).

Desse modo, a produção de conhecimento *psi* sobre a perspectiva de um ser social, se intensificou sobre a necessidade de se compreender o contexto em que os indivíduos estão inseridos. Os discursos sobre as questões de igualdade racial, como exemplo, pautaram parte dessa nova direção sobre os objetos de estudo nas ciências humanas, principalmente no âmbito da redemocratização e da promulgação da Constituição Federal de 1988 (SCHUCMAN, MARTINS, 2017).

Atualmente, e ao perceber a consolidação de uma herança racial escravocrata, socialmente discriminatória, nas formas excludentes de adoecimento psíquico das pessoas negras, o Conselho Federal de Psicologia (2017) publicou as *Referências Técnicas para Atuação nas Relações Raciais*, com o objetivo de capacitar os profissionais de Psicologia para o enfrentamento da discriminação proveniente do racismo. O documento está dividido em capítulos que abordam o contexto histórico, tipificação do racismo, movimento negro na Psicologia e atuação profissional. Em destaque ao movimento negro com o apoio do CFP, esta força possibilitou sua inserção sobre o olhar crítico e combatente do preconceito, reiterado por psicólogas negras e psicólogos negros fundadores de projetos, campanhas e centros de estudos para o enfrentamento racial, bem como, a aprovação das normas de atuação composta na Resolução CFP nº 18/2002, sobre a vigência de compreender a complexidade do sistema racista em que vivemos e suas possibilidades de intervenção (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017).

Observa-se que na clínica psicológica, ao se tratar de sofrimentos psíquicos provenientes do preconceito racial, a clínica permanece na negação do racismo como um fator fundamental a ser compreendido enquanto uma questão (TAVARES e KURATANI, 2019).

Diante dessa realidade e da necessidade de compreensão do racismo como um fator intrínseco do processo subjetivo e de adoecimento mental, como a clínica psicológica tem se fortalecido para o atendimento às demandas raciais, no enfrentamento do racismo e no auxílio de vítimas de preconceito racial no Brasil? Diante do exposto deveria a clínica se prontificar a refletir com mais afinco sobre as demandas raciais? Os psicólogos atuantes estão preparados ao acolhimento dos sofrimentos múltiplos associados ao racismo contemporâneo?

2.2 O RACISMO, SUAS NOÇÕES HISTÓRICAS E A ATUALIDADE RACIAL NO BRASIL

A complexidade que se apresenta ao debater as nuances do racismo e suas consequências na sociedade necessitam de uma compreensão contextualizada com a realidade que muitos brasileiros vivenciam, sobretudo, a população negra e as vivências históricas que sinalizam às condições de desigualdade social e racial presentes na contemporaneidade.

As civilizações negras tiveram em sua história cultural marcas de invasão e apropriação estrangeira de forma violenta e estarrecedora pelos europeus. Sob a ótica de hierarquia e desumanização, o racismo foi impregnado no processo identitário, o que corroborou a existência do julgamento pejorativo do povo negro (ORTEGAL, 2018). O racismo ainda hoje é propagado de formas distintas, com comportamentos mascarados e tipificações próprias, tais como: o *racismo interpessoal*, que está presente nas relações estabelecidas entre os indivíduos, expressas pelo olhar de discriminação sobre o outro; *racismo internalizado*, associado a visão estigmatizada racista sobre si mesmo e; o *racismo institucional e/ou estrutural*, relacionado a um sistema de poder a partir de uma segregação ao acesso dos bens pertencentes da sociedade sobre a categorização racial, o que culmina perpetuar e estabelecer restrições de acessos e oportunidades às questões de direitos econômicos e sociais, justificadas sobre uma perspectiva meritocrática de hierarquia racial (WERNECK 2016; ORTEGAL, 2018; GONÇALVES *et al.*, 2020).

A ideia da raça, construída permanentemente na sociedade, fomenta as separações do branco e do negro. Nessa estrutura, brancos apropriam e legitimam seu lugar no sistema dominante e passam a ter privilégios, enquanto os negros permanecem a ocupar lugares subalternos que desvinculam seu direito dos mesmos acessos. Portanto, é notória a prevalência

de uma memória identitária da população negra sobre um aspecto social que os qualificam como indivíduos desumanizados, a não serem considerados como parte integrante do processo de formação cultural, alocados ao estigma colonialista da separação por raça. Tem-se que a constituição como sujeito branco, pardo ou negro, está além do que parece ser naturalizado pelas estruturas raciais mais diretas. A constituição racial vai além da própria identificação: é composta por subsídios sociais e históricos que potencializaram as relações de poder sobre os outros (GONÇALVES, SCHUCMAN, 2020).

Esse diálogo das categorizações raciais possui a mesma propensão característica da discussão controversa sobre raça e racismo, o que fundamenta a articulação complexa das estruturas raciais, ao passo que a raça foi moldada sobre a perspectiva da dessemelhança, o exercício de poder se configura em apontar as diferenças, separá-las e discriminá-las. Nesses apontamentos emergem as noções dos sistemas de alteridades, os desafios, os entraves construídos historicamente e socialmente com a função de segregar (GONÇALVES, SCHUCMAN, 2020).

No Brasil, 54,9% da população se declaram negras (os), parda (o) 46,7%, preta (o), 8,02%, ou seja, mais da metade da população brasileira se auto declaram negros (as), constituindo a população mais numerosa no Brasil (IBGE, 2017). Os indicadores ainda apontam o distanciamento da presença de pessoas negras em alguns espaços na sociedade. A maioria da população negra estão concentradas nas regiões de periferias, enquanto as populações brancas se encontram nos centros urbanos. No mercado de trabalho, profissões com cargos mais altos geralmente são ocupados por pessoas brancas, tendo um número reduzido de pessoas negras nesses mesmos cargos. Na área da educação e saúde, o acesso à educação se dá em sua maioria às pessoas brancas, principalmente em instituições privadas, sendo que a população negra se concentra mais prevalentemente nas instituições públicas. (TAVARES e KURATANI, 2019).

O IBGE (2019) também aponta que a população negra no Brasil ocupa índices precários de vulnerabilidade social e econômica, reflexo das desigualdades sociais permanentes na sociedade. Segundo Moreira (2017), as pessoas negras estão enquadradas a serem marginalizadas devido a discriminação que sofrem, sendo em grande parte vítimas da violência policial, mão de obra pouco valorizada e, conseqüentemente, baixa salarial em comparação às pessoas brancas, maior número de evasão escolar, estereótipo midiático negativo marginalizado, sofrimento frequente de injúrias raciais, sexualização do corpo negro, discriminação e opressão das mulheres negras, banalização dos traços fenótipos característicos

das pessoas negras (cabelo crespo, lábios carnudos, nariz largo), tudo isso pela permanência no campo social da legitimidade da opressão pela branquitude.

Com as produções acadêmicas já construídas e pela existência da problematização dos efeitos do racismo na população, a Psicologia necessita de questionamento e formação crítica frente às questões atreladas ao processo de vivência e subjetivação da população negra, sobre a necessidade de intervenção em sua saúde mental. É imprescindível a reflexão sobre a Psicologia como ciência e profissão agregado ao contexto de uma democracia que atua para a não perpetuação do racismo, bem como, a promoção de subsídios para acolher a população negra que envolve a escuta qualificada, processos de ressignificação e resgate histórico afrodescendente como representatividade histórica e cidadã (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017).

3 MÉTODO

Na construção de uma pesquisa faz-se necessário delimitar uma construção teórica afim com a realidade acerca do tema investigado. De antemão, é necessário que se faça uma revisão bibliográfica sobre o tema como um levantamento de conhecimento científico que sustenta as delimitações e contextualizações do objeto de estudo pesquisado para ser validado. Trata-se, assim, de produzir uma pesquisa exploratória anterior, com finalidade qualitativa para compreensão sistemática, pois pretende-se analisar um contexto para aprofundamento à posteriori do objeto de estudo (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Para a coleta de dados preliminar dessa pesquisa, foi feita uma busca de palavras-chave/descriptores em sites especializados, como: *Scielo*, *Quilombo Intelectual*, *Google Acadêmico*, com análise cruzada com os termos/descriptores: *racismo estrutural*, *preconceito racial*, *psicologia e racismo*, *história da psicologia no Brasil*, *psicologia clínica no Brasil*.

Para o levantamento de dados acerca da problematização proposta foi utilizada como técnica/método a *Entrevista Semiestruturada*, que auxiliou na aplicabilidade e verificação com os psicólogos, diante das suas percepções das demandas raciais em suas experiências clínicas no atendimento particular. A *Entrevista Semiestruturada* se constitui em um instrumento com um roteiro flexível de perguntas, previamente definido, que possibilita aos entrevistados discursar sobre o tema e, ainda, permite ao entrevistador interlocutar com o entrevistado, de modo que possa dirigir e elencar perguntas outras que emergem e que aspiram clarear as informações de modo que se alcance os objetivos da entrevista (BONI, QUARESMA, 2005).

A *Entrevista Semiestruturada*, segundo Bleger (2003) e Duarte (2004), permite que o entrevistador observe no campo os fenômenos apresentados para uma compreensão sistemática e fundamentada do que se pretende investigar. A estrutura da entrevista psicológica semiaberta se prontifica a melhor aplicabilidade, pois seus recursos permitem a observação psicológica dos fenômenos. Por ser uma entrevista mais aberta a estrutura permite ao entrevistador flexibilizar as perguntas de acordo com a intenção do que se deseja investigar, baseado nas variantes subjetivas dos entrevistados e suas percepções acerca do tema da pesquisa.

Foram escolhidos 5 psicólogos (as) clínicos (as) e a seleção dos mesmos foi feita de forma aleatória. Os entrevistados serão referenciados pelas respectivas siglas: P1, P2, P3, P4 e P5. Como critério de seleção os psicólogos deviam ter um tempo de experiência clínica, a fim de obter um recorte vivencial para tabulação e mensuração dos dados. Na amostra de suas experiências em tempo de atendimento na clínica, têm-se que: P1 atua há 4 anos, P2 há 24 anos, P3 há 17 anos, P4 há 19 anos e, P5 há 15 anos. Dado o contexto da pandemia, a *Entrevista Semiestruturada* com os mesmos foi feita em ambiente remoto, previamente agendada com cada profissional com tempo de duração variável das entrevistas de 30 min à 45 min. Foi endereçada aos entrevistados o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* que resguardou o sigilo, o anonimato e a livre participação na presente pesquisa. A partir das informações coletadas nas entrevistas, categorias/unidades de análise foram construídas como critério para facilitar e demarcar melhor o entendimento frente a análise dos dados qualitativos de uma mesma temática/objeto de estudo. Deve-se salientar que a sedimentação das categorias não significa um fragmento das análises postas, senão como constatação de eixos que se inter cruzam, comunicam entre si e são inter dependentes. Tais categorias foram construídas a partir do referencial teórico adotado na presente pesquisa e, ainda, à luz dos objetivos estipulados previamente, bem como, da própria possibilidade de se demarcar tais constructos dentro do próprio método da *Entrevista Semiestruturada* aqui utilizada. As categorias postas para análise foram as seguintes: *Pautas raciais na clínica psicológica particular: carência de demandas sociais ou carência de condições de acesso?; Representatividade de psicólogos negros como possibilidade de alteridade das demandas raciais; e, por fim, Formação de psicólogos e as temáticas raciais durante a formação superior no Brasil.*

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PAUTAS RACIAIS NA CLÍNICA PSICOLÓGICA PARTICULAR: CARÊNCIA DE DEMANDAS SOCIAIS OU CARÊNCIA DE CONDIÇÕES DE ACESSO?

É notório que a frequência da população negra que acessa os serviços de atendimento público no Brasil se sobressaem, em relação ao acesso ao serviço privado, devido às circunstâncias históricas que a população negra perpassa. Ao se considerar as opiniões em torno da frequência e relevância de atendimentos realizados à população negra pelos psicólogos, as reflexões de todos os entrevistados apontam para uma defasagem da presença de pessoas negras na clínica, sendo em grande maioria pessoas brancas, de classe média, o perfil de busca de atendimento psicológico em consultório particular, enquanto a população negra fica mais restrita nas políticas públicas do Sistema Único de Saúde, conforme fragmento abaixo:

No social aparece mais, mas no consultório em si nem tanto, uns 10% dos meus clientes. (P2)

Nas clínicas particulares é mais comum um público branco do que um público preto, porque é um público que consegue pagar para cuidar da saúde mental. (P1)

Tem a ver com uma série de desdobramentos econômicos, do mesmo jeito que a gente tem um menor contingente de pessoas negras na escola particular, a gente tem no consultório particular. (P5)

No campo interventivo em saúde, a população negra é uma parcela baixa de usuários frequentantes nos serviços privados, por questões históricas estruturais, o que coopera para a não percepção sistemática sobre as particularidades do acesso de atendimentos destes (WERNECK, 2016). Percebe-se que as pessoas negras, sendo uma maioria da população no Brasil, majoritariamente estão presentes como usuários da rede do SUS, o que caracteriza o racismo institucional (WERNECK, 2016).

De acordo com Correia e Dantas, (2017) é possível notar que, historicamente, a clínica psicológica privada esteve por muito tempo destinada a atender populações da elite burguesa branca. Na realidade brasileira contemporânea, esse cenário pouco mudou devido aos antecedentes escravocratas. A população negra permanece às margens dos acessos em serviços de saúde pela perpetuação econômica baixa em que muitos estão. Sobre a dificuldade de acesso da população negra ao atendimento clínico particular, a questão financeira delibera os índices de pouco acesso e essa reflexão foi apontada por todos os entrevistados.

Ainda que a pessoa que procura por atendimento psicológico se declare como uma pessoa negra, as angústias referentes aos efeitos do racismo podem não aparecer enquanto demanda principal na relação terapêutica.

Eu atendi várias pessoas pretas com vários sofrimentos, mas a questão do racismo surgiu a partir da minha pontuação, e aí a pessoa vai trazendo como foi abordado, pelo policial, o outro também trouxe a questão de vários pontos em ter sofrido racismo e isso foi trabalhado. Mas eu acho que se eu não tivesse essa perspectiva, essa visão, a gente não olharia aquele sofrimento com essa tonalidade não, com essa perspectiva não. (P3)

Tenho algumas demandas que inúmeras questões se sobrepõem, e aí tem questões raciais que se somam. Ainda que a pessoa negra tenha acesso a espaços predominantemente ocupados por brancos, se sentem constrangidos, atravessados por olhares tortos, com comportamentos de darem um passo atrás, ou de um certo temor. Vivenciam experiências de relacionamentos que são para ficar, para namorar, mas não para ter filhos. (P5)

Tem-se que as marcas na subjetividade das pessoas negras permanecem atravessadas pelo racismo, mesmo que a representatividade do que é ser negro esteja presente, permanece a angústia de ser insuficiente, ao exercer algum papel na sociedade, devido aos estigmas sociais presentes. A naturalização da inferioridade, é um dado, um fato, em uma sociedade racista que silencia e invisibiliza os mesmos em suas práticas diárias (NOGUEIRA 1998; ROSA, ALVES, 2020).

É possível perceber, por esses recortes, que o acesso a clínica privada ainda permanece elitista, com prevalência de clientes brancos. A pouca prevalência de pessoas negras é menor nas clínicas particulares não por carência de demandas sociais, mas certamente por não terem mais abertas as possibilidades desse acesso. Percebe-se que, quando ainda aparecem clientes negros, não necessariamente trazem demandas raciais como questões primárias, e sim, como questões secundárias, muitas vezes costuradas pelos próprios profissionais.

4.2 REPRESENTATIVIDADE DE PSICÓLOGOS NEGROS COMO POSSIBILIDADE DE ALTERIDADE DAS DEMANDAS RACIAIS

A representatividade de uma pessoa negra exercer a clínica psicológica, traz possibilidade de ascensão social e auxilia no seu processo identitário, uma vez que o espaço clínico psi é ocupado, em sua maioria, por pessoas brancas, por questões históricas já salientadas.

Em se tratando sobre a presença de psicólogos negros no atendimento clínico particular e a sua relação com a facilitação de formação de vínculo com os atendidos de uma população negra, foi possível observar que a questão da representatividade pode se apresentar como um facilitador nesse estreitamento de uma empatia inicial.

Pessoas negras que procuram por eu ser negro tem interesse em estabelecer uma troca e uma escuta, compreendendo que o fato de eu ser negro talvez facilite um processo

de compreensão e solidariedade em relação a coisas que talvez, o psicólogo branco, deixaria passar na percepção delas, ou leria como uma paranoia. (P1)

Talvez facilitasse o processo sim, [...] talvez seja uma possibilidade sim de que o cliente vai procurar nesse sentido, por acreditar que talvez ali possa ser acolhido de forma diferente, com mais identificação. Porque há uma proximidade, como se ele falasse assim: “você sabe do que estou dizendo, para além de escutar, você sente o que estou dizendo”. (P2)

A respeito da representatividade, Veiga (2019) pontua que as nuances subjetivas de pessoas negras se limitam à compreensão e acolhimento somente por outra pessoa negra, pois as pessoas brancas possuem intrínsecas o lugar de privilégio, e isso pode se tornar um impasse na compreensão das questões subjetivas que as pessoas negras vivenciam. Contudo, alguns psicólogos entrevistados pontuam que a representatividade de psicólogos negros não deve ser um fator fundamental e parâmetro base para estabelecimento de vínculo.

Isso não significa que todo psicólogo preto é um bom psicólogo antirracista, porque eu tenho colegas psicólogos brancos que estudaram antirracismo e são pessoas ótimas na escuta de pessoas pretas, e podem ter psicólogos pretos que vão ser malformados, nesse ponto e, que, inclusive, reproduzem essas lógicas racistas. (P1)

Não está na cor da pele, não adianta ser branco ou preto, o que importa é essa consciência e ação a partir daí. [...] porque muitas vezes a gente se identifica com o opressor, até por meio de sobrevivência. (P3)

Eu acho que sim, mas essa não deve ser a aposta, eu acho que isso garante representatividade, mas é sempre importante a gente dizer que a questão racial, a questão do negro psicólogo, não é um problema de negros. Por que isso não desresponsabiliza os brancos deste compromisso. (P5)

De acordo com MEIRELES, *et al.*, (2019) o sistema da branquitude desresponsabiliza a população branca de repensar seus posicionamentos de supremacia branca e da responsabilidade social em romper com a ideologia da branquitude, uma vez que as questões raciais se instituem apenas à população negra ou indígenas, o que pode reforçar em outros espaços, os sistemas de opressão e dominação. Em estudos realizados pelas autoras Gouveia e Zanello (2019) e por Tavares e Kuratani, (2019), sobre atendimento clínico procurado por pessoas negras, foram apresentados por esse público as dificuldades em estabelecer um vínculo terapêutico na medida em que, ao apresentar aos terapeutas os sofrimentos provenientes do racismo, os profissionais se apresentavam despreparados e desorientados para compreender as nuances dos efeitos do racismo na saúde mental, uma vez que a noção de universalização racial do profissional não correspondia ao contexto do cliente, além de relatarem sentimentos de medo em serem julgados. Em contrapartida, houve relatos de acolhimento e compreensão e intervenções que colaboraram para o autoconhecimento por outros profissionais brancos. Outras análises apontam que, apesar do profissional ser uma pessoa negra, apresentava uma

carência de seu próprio conhecimento histórico e subjetivo de ser negro, o que sustenta as análises aqui apresentadas.

Desse modo, os entraves institucionais e estruturais presentes na formação de psicólogos refletem as nuances históricas em que a maioria da população negra se concentra em grupos minoritários, ou pertencentes a classes economicamente mais baixas, com pouca ascensão social. A presença minoritária de psicólogos negros atuantes na clínica ainda é um reflexo da ideologia da branquitude nas instituições, que naturalizam os sistemas de dominação racial.

4.3 FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS E AS TEMÁTICAS RACIAIS DURANTE A FORMAÇÃO NO BRASIL

O Conselho Federal de Psicologia (2005) através do Código de Ética Do Psicólogo infere a responsabilidade que os profissionais possuem no enfrentamento da opressão, da violência, discriminação, também relacionadas aos efeitos que o racismo impõe na sociedade e nos indivíduos. Na formação em Psicologia, observa-se pouco aprofundamento sobre os estudos das relações raciais e os efeitos subjetivos e objetivos do racismo na população negra.

No que se refere aos estudos na graduação de Psicologia, sobre aprofundamentos e disciplinas específicas sobre a temática de relações raciais, a maioria dos entrevistados apontam para um não aprofundamento dos temas nos períodos de formação. Apenas 1 tivera aprofundamento em uma disciplina ofertada na graduação:

Desde o início eu tive a oportunidade de fazer pesquisa e extensão na área de movimento social, militância, mobilização da juventude [...] eu tive a oportunidade de ter as relações raciais dentro da minha formação nessas disciplinas de Psicologia Social e em algumas disciplinas de psicanálise, que se propunham a isso também. Fiz disciplina de Psicologia Social do Racismo [...] que foi construído muito a partir do livro Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil [...] esse livro marcou a minha vida.

Embora se faça presente de forma mais pontual para uns, os temas referentes às relações raciais nas instituições e seus discursos, são feitos de formas superficiais e não privilegia a formação contundente de profissionais para lidarem com o sofrimento do racismo contemporâneo, o que pode dar certa invisibilidade de uma maior atenção as questões raciais na prática clínica dos mesmos.

Parece que é um esforço de uma Psicologia mais hegemônica, mais elitista, mais branco centrada, uma que tenta pensar as teorias como elementos neutros, como elementos que não constroem o próprio mundo em que ela está, como algo que só

analisa e que não tem nenhuma responsabilidade sobre as coisas. Acho que não tem nenhum debate sério sobre filosofia da ciência, epistemologia, que vai falar que a ciência é neutra, universal, racional. E essa ciência tá atravessada de racismo, de preconceito, tá atravessada de uma ideia do que é um lugar de branco e do lugar de preto. (P1)

Muito pouco é apresentado, discutido e debatido no campo da graduação, fica ali uma seleção de disciplinas que as vezes passam com uma certa distância a essa questão do racismo estrutural em si. (P2)

Santos e Schuman (2015) discorrem que a defasagem de estudos desenvolvidos no curso de Psicologia sobre as estratégias interventivas dos efeitos do racismo movimenta os profissionais a construírem seu próprio roteiro, que ocorrem pelo interesse ou não pelo aprofundamento. Essa passagem pôde ser observada em um relato de experiência dos entrevistados que diz:

A minha experiência com os jovens e o quanto que a fala deles me marcou, eu precisei de aprender sobre o racismo estrutural pois, de uma certa forma, consegui inclusive recolocar a questão que estava em jogo para esses jovens que passam pelo racismo. Quando eu estudei, por exemplo, isso não era debatido de maneira nenhuma. A gente tinha uma orientação muito forte, uma influência europeia muito grande, isso era tomado como que natural. (P4)

Acredito que faz falta, a gente fala de uma forma, pincela, mas não tem uma formação específica, [...] quem quiser que busque por fora e quem busca é quem vive. (P3)

As opiniões dos entrevistados se aproximam da opinião de Santana, Daltro e Castelar, (2018) que apontam que os temas sobre relações raciais aparecem quase que somente na disciplina de Psicologia Social, não aparecendo como um componente da grade curricular específica, e esse fato é um impasse na formação, a ausência da discussão profunda e contínua. No percurso da formação a maioria dos discentes são pessoas brancas, influenciadas pela branquitude, o que reflete a pouca oferta de profissionais negros atuantes na clínica psicológica particular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi de analisar as percepções de psicólogos sobre a temática racial enquanto demanda na sua prática clínica. A partir das narrativas analisadas a percepção da temática racial na clínica se apresenta como um desafio a ser superado por parte dos profissionais, uma vez que a fragilidade do tema se apresenta inicialmente no processo formativo, onde os psicólogos denunciam a falta de profundidade que a formação da época ofereceu ao tema das relações raciais, sem problematizar a própria estrutura da sociedade brasileira marcada pelo racismo.

Enquanto uma questão que se apresenta como um impasse na clínica particular, uma vez que existem mais psicólogos negros na clínica dos serviços públicos, seria um mecanismo de defesa talvez não visualizarmos mais profissionais negros na clínica particular, por se sentirem menos competentes, ou um medo do próprio preconceito de não serem bem acolhidos? Em parte, essa pesquisa trouxe ainda alguns elementos para se pensar os motivos e indícios da parcela maior de psicólogos brancos e clientes brancos na clínica particular. Emergiram discussões sobre a presença da colonialidade do saber (entendido o termo enquanto definição do conhecimento a partir do eurocentrismo hegemônico, o que restringe uma possibilidade de análise racial mestiça das heranças históricas de povos colonizados e da herança escravocrata na sua origem e construção) nos cursos de Psicologia, o que pode justificar a carência da temática de relações raciais nas grades curriculares, o que levanta questionamentos sobre a permanência da resistência em incluir mais a temática junto às pautas dos direitos humanos.

Apesar de não ter tido ênfase na pesquisa, é notória pelos fatos apresentados e pela realidade brasileira a frequente permanência da população negra em serviços públicos de atenção à saúde devido as condições economicamente baixas o que delega que os serviços privados de atendimento psicológicos são alcançados pela parte da população financeiramente elevada, como foi e ainda são espaços elitistas da clínica psicológica. Assim como ocorreu a limitação de acessos das pessoas negras em espaços predominantemente brancos, a clínica psicológica privada estaria perpetuando as desigualdades históricas do Brasil?

Esta pesquisa visa contribuir para um olhar mais específico da prática clínica frente as demandas raciais. Espera-se que os resultados da pesquisa sensibilizem a pensar novas perspectivas que viabilizam um posicionamento mais crítico de validação da historicidade africana na construção da nossa subjetividade, bem como, a superação das defasagens dos estudos da população negra nos cursos de Psicologia, a marginalização e falta de representação econômica e cultural de pessoas negras, além de uma falta de maior oferta de psicólogos negros que reforçam a representação da clínica como um espaço que ainda reflete a nossa herança segregadora e escravocrata, num ramo específico de atuação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ANTUNES, Mitsuko A. M. *A Psicologia no Brasil: Leitura Histórica sobre sua constituição*. (3ª ed.), São Paulo, Unimarco/Educ, p. 110, 2003.
- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições**. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 32, n. SPE, p. 44-65, 2012.
- BARROS II, João Roberto. **O racismo de Estado em Michel Foucault**. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, v. 15, n. 1, p. 18, 2018.
- BERNARDINO, Joaze. **Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil**. *Estudos afro-asiáticos*, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002.
- BLEGER, José. **Temas de psicologia: Entrevistas e grupos**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites**. *Psicologia e compromisso social*, p. 15-28, 2003.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. *Em Tese*, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. (2016). **Painel de indicadores do SUS nº 10: Temático saúde da população negra v.7**. Brasília, DF: o autor.
- CARVALHAES, Flávia Fernandes de; SILVA, Rafael Bianchi; LIMA, Alexandre Bonetti. **Reflexões sobre discursos a respeito do racismo no Brasil: considerações de uma psicologia social crítica**. *Revista Psicologia Política*, v. 20, n. 48, p. 311-324, 2020.
- CYTRYNOWICZ, M. M. **Um percurso pela história e pela memória da psicologia clínica em São Paulo**. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo–História e Memória da Psicologia em São Paulo, 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (2005). **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília: CFP.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (2017). **Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP.
- CORREIA, Ana Maria Batista; DANTAS, Carla Náiyad Castelo Branco. **O fazer psicológico na ditadura civil militar**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n. SPE, p. 71-81, 2017.
- DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

DUTRA, Elza. **Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade**. Estudos de Psicologia, Natal, v. 9, n. 2, p. 381-387, 2004.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente**. Psicologia & Sociedade, v. 14, n. 1, p. 69-86, 2002

GONÇALVES, Wendy et al. **Danos causados pelo racismo por meio de termos linguísticos na saúde mental da população negra e a importância da psicologia preta para esse público: uma educação para as escolas**. Revista de Casos e Consultoria, v. 11, n. 1, 2020.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. **Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras**. Psicologia em Estudo, v. 24, 2019.

LÓPEZ, Laura Cecilia. **O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 16, n. 40, p. 121-134, 2012.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Edna; DOS SANTOS, Alessandro de Oliveira; COLOSSO, Marina. **Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs**. Psicologia: teoria e prática, v. 15, n. 3, p. 118-133, 2013.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; NEVES, Edwiges de Oliveira. **O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde**. Psicologia: ciência e profissão, v. 27, n. 4, p. 608-621, 2007.

MASSIMI, Marina. **As origens da psicologia brasileira em obras do período colonial**. História da Psicologia. São Paulo: EDUC, p. 95-117, 1987.

MASSIMI, Marina. **A psicologia dos jesuítas: uma contribuição à história das idéias psicológicas**. Psicologia: Reflexão e crítica, v. 14, n. 3, p. 625-633, 2001.

NOBLES W. Sakhu Shetiz **Retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado**. In: Nascimento E, editor. Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Summus Editorial; 2009.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro**. 1998. f.147. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ORTEGAL, Leonardo, **Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora**. Serviço Social & Sociedade, n. 133, p. 413-431, 2018.

PORTELA, Marco Antônio. **A crise da psicologia clínica no mundo contemporâneo**. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 25, n. 1, p. 131-140, 2008.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 227-278, 2005.

ROSA, Evellyn Gonçalves da; ALVES, Míriam Cristiane. **Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (Re) Existência de Estudantes Negros/Negras**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 40, n. SPE, 2020.

SANTANA, Hellen Maciel; DALTRO, Mônica Ramos; CASTELAR, Marilda. **RELATOS DE PSICÓLOGAS SOBRE SUA FORMAÇÃO NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES RACIAIS**. Revista Psicologia & Saberes, v. 7, n. 9, p. 25-37, 2018.

SANTOS, Abrahão de Oliveira; OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de. **Abordagem CTS diante das interpelações da afrocentricidade: a saúde da população negra**. Psicol. conoc. Soc, p. 47-61, 2019.

SANTOS, Alessandro de Oliveira; SCHUCMAN, Lia Vainer. **Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogos (as)**. Revista EPOS, v.6 (2), p.117-140, jul-dez, 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer; GONÇALVES, Monica Mendes. **Raça e subjetividade: do campo social ao clínico**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 72, np, p. 109-123, 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. **A Psicologia e o discurso racial sobre o negro: do “objeto da ciência” ao sujeito político**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 37, n. SPE, p. 172-185, 2017.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana**. Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou, As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Graal Editora, 1983.

TAVARES, Jeane Saskya Campos; KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. **Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, 2019.

TEIXEIRA, Rita Petrarca. **Repensando a psicologia clínica**. Paidéia, Ribeirão Preto, n. 12-13, p. 51-62, 1997.

VEIGA, Lucas Motta. **Descolonizando a psicologia: notas para uma psicologia preta**. Fractal: Revista de Psicologia, v.31, p.244-248, 2019.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra**. Saúde e Sociedade, v. 25, p. 535-549, 2016.